

Análise da Doutrina da Justificação “Legal” Universal

Larry J. Kane

Introdução

De acordo com a Comissão de Estudo da Mensagem de 1888 (“1888 MSC”, em inglês), a mensagem de 1888 revela muitas “novas e belas verdades ... que costumeiramente não são entendidas hoje.”^[1] Uma das tais “verdades” é o conceito que a morte de Cristo na cruz realizou uma justificação legal ou objetiva que é aplicada universalmente e incondicionalmente a todos os homens.^[2] Esta doutrina é afirmado ser derivada das observações que Cristo carregou os pecados de “todos os homens” e morreu a segunda morte por “todos.” Ela é considerada como a base para a vida presente desfrutada por todos os homens. Esta justificação legal, apresentada como uma justificação abrangente, é distinguida por seus proponentes da justificação pela fé, ou justificação “experencial”, e não deve ser aceita como conter a salvação universal na qual todos os homens deveriam ser salvos, alguns mesmo contra sua vontade. O mérito especial da justificação legal universal, como visto pelos porta-vozes da 1888 MSC, é que ela fornece prova fundamental e uma realidade da iniciativa amorosa tomada por Deus ao providenciar a salvação do homem. Quando a plenitude da importância da iniciativa de Deus em favor do homem é reconhecida, crê-se que ela seja pivotal na galvanização da devoção completa do pecador, e fé salvífica, em Cristo.

I. Exame dos Textos Escriturísticos Chaves

Diversas passagens escriturísticas são citadas como autoridade para a doutrina da justificação legal universal ou associada.^[3] Esta dissertação primeiro sumaria uma análise dos textos escriturísticos pivotais e se eles apoiam essa opinião da 1888 MSC. Seções posteriores exploram questões subordinadas implicadas por uma justificação legal universal ou associada, incluindo as dimensões da justificação pela fé e o alcance da iniciativa de Deus para a salvação dos homens.

Romanos 3:23, 24

Uma das regras fundamentais da hermenêutica é que um texto escriturístico deve ser entendido dentro do contexto geral no qual ele é encontrado para que a intenção do escritor seja discernida acuradamente. A necessidade deste princípio está no fato que não é comumente possível incluir todos os componentes essenciais de uma proposição dentro de uma ou duas sentenças. Frequentemente, várias sentenças ou mais são necessárias para expressar completamente o conceito em questão. Além disso, temas escriturísticos geralmente mais complexos possuem muitas facetas, e nem todas são tratadas dentro do contexto imediato de uma afirmação sobre o assunto. Consequentemente, a abordagem mais confiável para se conseguir um entendimento completo de uma proposição em particular é examinar todas as afirmações relevantes do texto escriturístico relacionados à questão.

Estes princípios interpretativos precisam ser violados se Romanos 3:23-24 deve ser lido como apoio para uma justificação universal, ainda que apenas uma justificação “legal.” Se alguém isolasse estes dois versos daqueles que os cercam, poderia pensar que os dois podem ser diretamente ligados para interpretá-los como dizendo que “visto que todos pecaram, todos são justificados liberalmente.” Este aparentemente é o ponto de vista da 1888 MSC.^[4]

Todavia, o contexto imediato dos versos 23 e 24 é uma passagem que se estende desde Romanos 3:20-31 expondo o tema da justificação pela fé. O milieu mais amplo se estende de volta ao início do capítulo 2 no qual Paulo, comparando Judeus e Gentios em relação a Deus e Seu julgamento, conclui que estão na mesma condição. “Em Deus não há parcialidade,”^[5] Ele julga a ambos pelo mesmo padrão: por seus atos justos ou injustos. Sendo este o caso, o problema é sucintamente declarado nos versos 10 e 23: “Não há um justo, nenhum se quer.” “Pois todos pecaram.”^[6] Desse modo, Paulo observa corretamente em Romanos 3:20 que nenhuma pessoa (nenhuma “carne”) será justificada diante de Deus pelos atos da lei. Todos pecaram e, consequentemente, já estão condenados sob a lei.

É neste ponto, iniciando com o verso 22, que Paulo introduz seu compreensível sumário do plano da salvação: Existe uma justiça de Deus que surge de uma outra fonte que não é da guarda da lei, certamente é a “justiça de Deus mediante a fé em Jesus Cristo para todos os que creem.” Esta “justiça mediante a fé” é o antecedente direto, lógico da frase “sendo justificados gratuitamente por sua graça” do verso 24. Esta justificação, disponível gratuitamente através da fé em Cristo, permanece em evidente contraste com a indisponibilidade da justificação através da observância da lei.

O mecanismo pelo qual a justificação do verso 24 é providenciada gratuitamente é explicado na última parte desse verso e no verso seguinte. Ela é a operação da graça através da redenção em Cristo Jesus, que é alcançada pelo sacrifício de Sua vida como uma propiciação. Significativamente, esta propiciação é declarada ser eficaz para o pecador *apenas através da fé em Seu sangue* (vs. 25). É a morte sacrificial do Cristo sem pecado, como substituto do homem culpado, que satisfaz completamente a penalidade da lei e desse modo demonstra a equidade e justiça de Deus em remir os pecados do crente e justifica-lo (vss. 25-26).

Disto vemos que os versos 23 e 24 de Romanos 3 não estão rigorosamente ligados no paralelismo de tal modo que a justificação do verso 24 deveria ser concedida gratuitamente, envolvendo, o “todos” que foi considerado pecador no verso 23, como é defendido pela 1888 MSC. Em vez disso, o verso 23 é obviamente uma continuação da última frase do verso 22 e a passagem associada é vista ser uma afirmação parentética para enfatizar que o “todos” do verso 22 para quem a justiça é colocada à disposição através de sua crença em Cristo abrange o Judeu e Gentio, pois “não há distinção, pois Todos” – Judeu e Gentio – “pecaram.”

Esta observação parentética volta ao assunto de Romanos 3:9-18 onde Paulo afirma enfaticamente que os Judeus não possuem superioridade moral sobre os Gentios pois todos eles estão sob pecado, ninguém é justo. Porque todos os homens, de todas as raças e credos, pecaram sob a lei de Deus, não existe nenhum que possa ser justificado pela “obediência à Lei” (vs. 20).

Consequentemente, Paulo deseja não deixar dúvida que “uma justiça que provém de Deus, independente da lei ... mediante a fé em Jesus Cristo para todos os que creem” é igualmente relevante e essencial para todos os homens de todas as crenças, Judeu e Grego, livre e servo, homem e mulher. Consequentemente, a sentença parentética é adicionada para acentuar a necessidade universal. O verso 24 retorna ao tema dos versos 21 e 22: a justiça (ou justificação) de Deus que se torna disponível pela fé e através de Cristo.^[7]

Dr. E. J. Waggoner, um dos principais articuladores da mensagem original de 1888, é totalmente lúcido sobre o inter-relacionamento entre o verso 24 e os versos 21-22. Ele comenta extensivamente sobre Romanos 3 em sua obra original, *Cristo and His Righteousness*.

Visto que Romanos 3:21-22 inquestionavelmente descreve retidão (justificação) pela fé, temos a conclusão inequívoca de Waggoner que alguém é “justificado gratuitamente” (vs. 24) pela fé somente. Em nenhum lugar em sua discussão Waggoner propõe que a justificação do verso 24 é diferente da justificação descrita em outra parte nos versos 22-26. Para dizer a verdade, como mencionado abaixo, sua conclusão é totalmente o oposto: Existe apenas uma justificação, que é da fé (e, devemos dizer, que ela abrange os aspectos objetivo e subjetivo).

Do começo ao fim de toda a passagem em Romanos 3:21-31, Paulo identifica repetidamente a qualificação para a justificação: que ela é “pela fé” na redenção providenciada por Cristo. (Veja o verso 22, “mediante a fé em Jesus Cristo para todos os que creem;” verso 25, “propiciação mediante a fé, pelo seu [de Cristo] sangue;” verso 26, “afim de ser justo e justificador daquele que tem fé em Jesus;” verso 28, “pois sustentamos que o homem é justificado pela fé;” verso 30, “um só Deus, que pela fé justificará os circuncisos e os incircuncisos.” Claramente, diante deste tema consistente, não existe razão pela qual argumentar que a justificação do verso 24 possui outra base que não seja a fé.

Qualquer afirmação enfática que a justificação descrita em Romanos 3:24 é uma justificação universal “legal”, imputada sem a condição da fé, está manifestadamente em desacordo com o entendimento do Dr. Waggoner. Como descrito acima, Waggoner observa que Romanos 3:24-26 é “apenas outra afirmação dos dos versos 21-22.” Consequentemente, a justificação liberalmente fornecida pela graça de Deus é a “justiça de Deus que é pela fé de Jesus Cristo para todos e sobre todos aqueles que creem.”

Comentando em outra parte Romanos 3, Waggoner enfatiza mais este ponto em sua declaração que a justificação do verso 24 significa “estar coberto por dentro e por fora com a justiça de Deus,” isto é, abrange tanto a justiça imputada como a comunicada por Deus, para incluir a justificação objetiva e subjetiva.^[10] Além disso, os versos citados por Waggoner para explicar como a justificação dada “gratuitamente” inquestionavelmente transmite a condicionalidade dessa provisão. A dádiva, embora possa ser maravilhosamente gratuita, ainda deve ser aceita por aquele que a recebe. Ele deve responder ao convite de Cristo de Apocalipse 22:17: “‘Quem quiser, beba de graça da água da vida.’ Isto é, que ele a aceite como um dom.”

Romanos 5:12-18.

É esta passagem, e especificamente o verso 18, que a 1888 MSC depende mais pesadamente em apoio à doutrina da justificação “legal” universal. Aqui novamente, a interpretação defendida pela 1888 MSC não é consistente com a aplicação de princípios hermenêuticos sólidos, incluindo o entendimento de um verso dentro do seu contexto mais amplo.

O verso 18 afirma o seguinte:

Consequentemente, assim como uma só transgressão resultou na condenação de todos os homens, assim também um só ato de justiça resultou na justificação que traz vida a todos os homens.

Este verso é interpretado pela 1888 MSC como ensinando uma justificação legal universal sobre dois fundamentos. Primeiro, a estrutura do verso é vista como um paralelo perfeito: O julgamento que veio sobre todos os homens por meio do pecado de Adão é igualado por meio do dom gratuito que veio sobre todos os homens para justificação da vida através da justiça de Cristo. Como não há exceção com o anterior, igualmente não pode haver exceção com o último.^[11] Segundo, que o dom para a justificação é gratuito é visto por Waggoner como “evidência que não existe exceção para sua aplicação.”^[12]

Ao iniciar uma análise de Romanos 5, alguém primeiro deve reconhecer que ele é uma continuação do tema introduzido no terceiro capítulo, isto é, justiça pela fé. Como discutido acima a respeito de Romanos 3:23, 24, a única justificação apresentada no terceiro capítulo é aquela que é acessada pela fé em Cristo e Sua morte sacrificial. Assim inicia o quinto capítulo: “Tendo sido, pois, justificados pela fé, temos paz com Deus, por nosso Senhor Jesus Cristo.”

Comparações dos Atos do Primeiro e Segundo Adão.

Em Romanos 5:12-21, Paulo fornece uma série de comparações entre o pecado de Adão (e suas consequências) e a justiça de Cristo e suas ramificações. O intento dessas ilustrações comparativas parece ser enfatizar quanto o ato justo de Cristo ofusca a obra pecaminosa de Adão.

Que Paulo pretende demonstrar que o resultado da justiça de Cristo excede em muito o legado de Adão é prontamente visto do seguinte: “Entretanto, *não* há comparação *entre* a dádiva e a transgressão” (Rm 5:15). “Porque se muitos são mortos através da ofensa de Adão, deste modo, *muito mais*, a graça de Deus e o dom da graça (justiça) abundou, através de Cristo, para muitos.”^[13] Em outras palavras, o dom da graça, justiça de Cristo, é muito mais do que capaz para anular a morte através do pecado.

Novamente, em Romanos 5:16, a superioridade do dom é acentuada. Enquanto o julgamento veio por causa de *um pecado* de Adão levando à condenação, em contraste, o dom gratuito da justiça através de Cristo é suficiente para trazer justificação para uma *multidão de pecados*.

Ainda novamente, Romanos 5:17 enfatiza que o resultado da justiça de Cristo – o *reino na vida* ao lado daqueles que recebem abundância da graça e o dom de sua justiça – predomina sobre a *morte reinando* através da ofensa de Adão. Esta preeminência parece ser ainda maior quando a vida na qual os recipientes da graça reinam é reconhecida como abrangendo uma eternidade.

Parece relativamente claro que o encargo de Paulo aqui não é estabelecer que a vida presente na carne é o dom de Deus (embora concordemos plenamente que ela é um dom de Deus). De modo geral, homens e mulheres aceitam esta vida presente como um dom. A principal preocupação do ser humano, que

Paulo trata neste capítulo, é a morte que e a ausência de um remédio (não fosse o gracioso dom de Cristo). Portanto, a morte tratada em Romanos 5 é entendida mais como a primeira morte que tem reinado durante a experiência do homem (embora essa morte carregue implicitamente com ela um sinal da segunda morte como a sentença para o pecado se não fosse a salvação tornada graciosamente possível através do ato de justiça do homem Jesus Cristo).

Assim, em resumo, o argumento de Romanos 5:12-21 é em grande parte, exprimir enfaticamente quão maior e mais potente é o glorioso efeito do ato de justiça de Cristo de um sacrifício perfeito sobre o efeito sombrio do pecado de Adão.

O Que é o Dom Gratuito de Romanos 5?

Como vimos, Romanos 5:12-21 se refere repetidamente ao dom gratuito que existe em abundância para os homens através da justiça de Cristo.^[14] Mas o que é este dom? A resposta vem claramente do verso 17: o dom da justiça. Justiça de quem? Certamente, a justiça de Cristo, que aparece desde os versos 15 e 17. Como temos observado, o capítulo 5 continua o tema do capítulo 3. Portanto, a justiça de Cristo mencionada em Romanos 5:12-21 deve ser a justiça de Cristo que é recebida por Seus crentes através de sua fé como mostrado em Romanos 3:21-22. Além disso, o dom da justiça de Cristo é descrito como dada “pela graça” (Rm 5:17), que é consistente com a justificação concedida gratuitamente através da graça, que vem através da fé no sangue de Cristo, como afirmado em Romanos 3:24-25 e 5:1. Esta conclusão está em harmonia com o entendimento de Waggoner.^[15]

Disto, concluímos que o dom gratuito que cai sobre “todos os homens” em Romanos 5:18 é a mesma justiça de Cristo pela fé. Não existe fundamento para identificar um dom de justiça aqui que difere dos versos anteriores ou que seguem.^[16] Para dizer a verdade, o verso 18 é visto como um resumo ou conclusão dos versos que os precedem 12-17. Sendo assim, a justificação do verso 18 é aquela que ocorre pela fé e a vida que resulta é a vida de Cristo no crente que culmina na vida eterna com Cristo.

O relacionamento íntimo, direto entre o recebimento do crente da justiça de Cristo pela fé e Sua justificação pela fé aparecem frequentemente na Escritura. Como afirmado tão diretamente em Romanos 3:24-26, a justiça de Cristo é demonstrada ser suficiente que Seu sacrifício pode legitimamente pagar a dívida da penalidade da lei e trazer a remissão dos pecados, de tal maneira que Cristo possa ser o justificador daqueles que creem Nele. Em essência, ser “reto” e ser “justo” têm virtualmente o mesmo significado (como é aparente do Grego, com uma palavra sendo usada para ambos): ser reto é obedecer a lei, pois a injustiça é pecado, que é transgressão da lei (1Jo 3:4). Ser justificado é ser declarado reto.

Que a “justificação” de Romanos 5:18 é a justificação pela fé pode ser visto pela comparação adicional com os versos imediatamente anteriores e os que seguem. Em Romanos 5:17, o reinado da morte (que é descrito nos versos anteriores como afetando a todos os homens) é contrastado com o reinado na vida daqueles que *recebem* a abundância da graça de Deus e a abundância do dom da justiça de Cristo. Apenas o crente que convidou a Cristo para reinar em sua vida e que desse modo é guiado pelo Espírito (Rm 8:4) que pode ser descrito como reinando na vida. Quer o reinado seja considerado como uma conquista vitoriosa nesta vida, através da presença de Cristo por meio do Seu Espírito, ou o reinado profetizado para os crentes após a segunda vinda de Cristo (Ap 20:4), ela pode ser aplicada apenas ao crente. Seria uma farsa descrever uma pessoa com mente carnal, vivendo separada de Cristo, como reinando na vida. Semelhantemente, o contraste em Romanos 5:21 é entre o pecado que reinava para a morte e a graça que reina através da justiça para a vida eterna. É somente o crente que está reinando ou é o objeto do reino da graça nos versos 17 e 21. Do mesmo modo, a justificação do verso 18 dever ser aquela do crente pela fé.

Uma comparação final é fornecida para confirmar a conclusão. Em 1 Coríntios 15:21-22, encontramos uma versão abreviada das comparações de Romanos 5.

Pois visto que pelo homem veio a morte, pelo homem também veio a ressurreição dos mortos. Pois como em Adão todos morreram, do mesmo modo em Cristo todos viverão.

A comparação óbvia é entre a morte resultante do pecado e a vida através da ressurreição posta à disposição através de Cristo. A vida que é contrastada com a morte é, portanto, a vida eterna do salvo. Esta

afirmação clara confirma a inferência expressa acima que a vida que resulta da justificação em Romanos 5:18 é a vida eterna do redimido e que a justificação deve ser essa da fé. Também se torna mais aparente da passagem em 1 Coríntios 15 que o paralelo entre os efeitos dos atos de Adão e Cristo, embora declarados literalmente, talvez para efeito literário, não possa ser literalmente pretendido. Embora todos morram a morte de Adão, nem todos serão ressuscitados para a vida eterna.

A Condenação de Romanos 5:18 e 8:1 e o Significado de “Em Cristo”

Em Romanos 5:18 é afirmado que o pecado de Adão trouxe julgamento a todos os homens resultando na condenação de todos.^[17] Contudo, no entendimento da 1888 MSC deste verso, a justiça de Cristo trouxe o dom gratuito a todos os homens assim resultando na justificação legal de todos. “Como ‘todos os homens’ estão sob a ‘condenação’ legal ‘em Adão’ pelo nascimento, do mesmo Cristo Se torna ‘o segundo Adão’ em que toda a raça humana é legalmente inocentada. ... Esta é a ideia ‘em Cristo’ do Novo Testamento.”^[18]

Se é correto dizer que todos os homens, quer seja convertido ou não, têm sua posição legal diante de Deus ajustada para refletir a justiça imputada de Cristo,^[19] então a condenação da lei necessariamente deve ter sido negada para todos os homens sem condição.

Tal afirmação não se ajusta com o primeiro verso de Romanos 8: “Portanto, agora já não há condenação para os que estão em Cristo Jesus. ...” Preferivelmente a conclusão óbvia deste verso é que a condenação continua a pesar sobre aqueles que não estão em Cristo, uma situação que não poderia existir se toda a condenação tivesse sido realmente eliminada pelo sacrifício de Cristo.

Porém, a 1888 MSC alega não existir conflito entre Romanos 5:18 e 8:1 pela razão que todos os homens estão “em Cristo” não obstante sua crença ou descrença em Cristo. Desse modo, é afirmado que a importância de Romanos 8:1 é mostrar que agora não há condenação para qualquer um visto que todos estão em Cristo. Lamentavelmente, tal posição é injustificável por causa do contexto. Por mais que possa haver conceitos de aplicabilidade abrangente representacional no capítulo 5 de Romanos, eles não aparecem no capítulo 8.

O verso 8:1 segue imediatamente a narração detalhada de Paulo do dilema patético do indivíduo que deseja servir a Deus e obedecer Seus mandamentos mas se encontra impotente para fazê-lo. Romanos 8:1 desta maneira assegura que, se alguém estiver querendo caminhar segundo o Espírito e não segundo a carne, se ele estiver desse modo em Cristo, Deus removerá a condenação e culpa que tem oprimido sua alma.^[20]

O pecado na carne, que traz a condenação do pecador do capítulo 7 deixando-o em angústia, continua condenado no capítulo 8. Para dizer a verdade, ele é mostrado estar irrevogavelmente condenado naquilo que tem causado a morte substitucionária, sacrificial de Cristo, como descrita no verso 3. Todavia, é Sua morte que torna viável a suspensão da condenação daqueles que estão “em Cristo,” tendo aceitado Sua justiça pela fé.

Uma leitura atenta de Romanos 8 mostra do começo ao fim evidência incontroversa que os benefícios da vida de Cristo não são discutidos ali como aplicado universalmente a todos num sentido abrangente mas ao crente individualmente. São apresentados numerosos contrastes ente aqueles que caminham em Cristo segundo o Espírito e os que têm a mente carnal (pecaminosa). Mas um exemplo notável é: “Quem é dominado pela carne não pode agradar a Deus. Entretanto, vocês não estão sob o domínio da carne, mas do Espírito, se de fato o Espírito de Deus habita em vocês. ... Mas se Cristo está em vocês, o corpo está morto por causa do pecado; mas o espírito está vivo por causa da justiça” (Rm 8:8-10).

Romanos 8 é exemplo do tema claro repetido continuamente nas Escrituras com a finalidade de mostrar que Cristo assume presença residencial na vida do crente uma vez que ele esteja convertido. Somente então pode ser afirmado que uma pessoa está em “Cristo.” Veja, por exemplo, 2 Coríntios 5:17; Gálatas 2:20; Filipenses 3:8-10, onde Paulo afirma que considerava “tudo como perda [por Cristo] ... para poder ganhar Cristo e *ser encontrado nele*, não tendo a minha própria justiça que procede da Lei, mas a que vem mediante a fé em Cristo;” e Colossenses 1:26-28; 2:6, onde Paulo descreve este tema como “o mistério que estava oculto durante épocas e gerações, mas que agora foi manifestado a seus santos ... que é Cristo

em vocês, a esperança da glória. Nós o proclamamos, ... para que apresentemos todo homem perfeito em Cristo. ... Como vocês receberam Cristo Jesus, o Senhor, continuem a viver nele.”

Além disso, se devemos supor que a morte de Cristo erradicou a condenação da lei para todos os homens incondicionalmente, deveríamos ser confrontados por João 3:18, que afirma que aquele que “nele crê não é condenado; mas quem não crer já está condenado, por não crer no nome do Filho Unigênito de Deus.” Além do mais, sob a lei, todo o mundo está “sob o juízo de Deus” (Rm 3:19). Visto que a culpa está associada à condenação, a última ainda deve estar no mundo pesando sobre o pecador até que ele aceite a redenção oferecida por Cristo.

Examinando uma vez mais Waggoner, chegamos à conclusão que ele entendia do mesmo modo Romanos 8:1 como discutido acima. Comentando este verso, Waggoner observa que “receber a Cristo é apenas o início, não o fim, da vida Cristã. É a entrada para a escola onde devemos aprender Dele. Ele aceita o homem o homem com todos os seus maus hábitos e perdoa todos os seus pecados, a fim de que ele seja considerado como se nunca houvesse pecado. [Aqui, poderíamos observar, é justificação legal; no momento da conversão.] Então ele continua a lhe conceder sua própria vida, através da qual ele pode derrotar seus maus hábitos.”^[21] Também em *Christ and His Righteousness* Waggoner é indisputavelmente claro na seguinte afirmação apresentada na página 88:

A libertação da condenação vem àqueles que estão em Cristo Jesus (Rm 8:1); e somos revestidos em Cristo pela fé (Gl 3:26, 27). É pela fé que Cristo habita em nossos corações.

Em virtude do que antecede, alguém deve protestar ativamente contra a proposição que a libertação da condenação para aqueles que estão “em Cristo,” como descrito em Romanos 8:1, apoie de algum modo uma justificação legal universal por meio da qual “toda a raça humana seja legalmente inocentada.”

Concluindo esta análise das duas principais passagens escriturísticas citadas pela 1888 MSC como fundamento para uma justificação legal universal, foi visto que elas não fornecem apoio para tal. A partir de um exame detalhado, ambas devem ser corretamente entendidas como tratando da justificação pela fé em vez de uma justificação objetiva condicional.

II. Dimensões da Justificação Pela Fé

A Justificação Pela Fé é Inteiramente Subjetiva?

Como vimos, uma justificação legal aplicando-se universalmente e incondicionalmente a todos os homens é afirmado pela 1888 MSC ter resultado do sacrifício de Cristo. Temos concluído que falta evidência escriturística para este ensino. Uma posição concomitante da 1888 MSC é que a justificação pela fé consiste inteiramente da justificação subjetiva ou santificação.^[22] Nesta seção, examinaremos de forma breve se esta conclusão da crença da 1888 MSC, a separação dos componentes objetivos e subjetivos da justificação, é consistente com as dimensões escriturísticas da justificação pela fé.

O plano da salvação foi concebido por Deus para prover um remédio eficaz para o terrível problema apresentado pelo pecado. O problema não está apenas espalhado, “pois todos pecaram” (Rm 3:23, porém o mais importante, o homem é impotente para planejar uma solução. “Portanto, ninguém será declarado justo diante dele baseando-se na obediência à Lei” (Rm 3:20).

A solução divina para o pecado é Deus, com grande custo para Si mesmo, declarar o pecador arrependido, crente como justo, isto é, ser possuidor da justiça de Deus (Rm 3:21, 22). Mas de que maneira ou a que extensão deve a justiça de Deus ser possuída pelo crente? Esta pergunta envolve um debate de considerável profundidade e duração entre vários comentaristas Cristãos. Uma investigação detalhada do assunto não será empreendida aqui. A discussão a seguir examina de forma breve a Escritura e comentário que é crido proverem compreensão para a matéria da “justificação pela fé.”

A Justificação Legal é uma Parte Integral da Justificação Pela Fé

Como poderia ser suposto, o livro de Romanos possui um papel central no esclarecimento deste assunto. Este escritor pressupõe que uma leitura cuidadosa, holística de Romanos não deixa pretextos para tentar fazer separação entre justificação objetiva e subjetiva.

No capítulo 3 é apresentada a revelação fundamental que o próprio Deus suprirá para Suas criaturas inconstantes a justiça necessária que tão tristemente lhe falta. O cenário deste capítulo parece largamente legal no qual Deus provê graciosamente Sua própria justiça perfeita como uma resposta para o dilema do homem de culpa inapagável e julgamento ameaçador com relação ao pecado. Como discutimos acima, a essência do significado de “justificar” é demonstrar ou declarar alguém justo.^[23] Aqui, Paulo mostra que o próprio Deus justificará o homem através da fé imputando-lhe Sua justiça. Este enfoque objetivo continua até o capítulo 4 onde a fé de Abraão em Deus “foi” creditada “como justiça” (vs. 3).

Além disso, nas páginas 61-63 de *Christ and His Righteousness*, Waggoner obviamente coloca justiça pela fé num contexto legal, desse modo incluindo (mas não unicamente consistindo de) justificação legal. Próximo do topo da página 62, ele explica, comentando Romanos 3:21, que “a justiça que vem pela fé em Jesus Cristo é a mesma justiça que é apresentada na lei; e isto é provado mais adiante pelo fato que ela é ‘testemunhada pela lei.’” Explicando como isto ocorre, Waggoner afirma que a justiça que o pecador obtém através da fé em Cristo é a justiça que a lei requer. Além disso, ele personifica a lei como uma testemunha, dizendo:

E a lei testemunha a genuinidade desta justiça. Ela diz que enquanto o homem a [justiça] conservar, ela irá à corte e o defenderá de todos os acusadores. Ela dará testemunho do fato que ele é um homem justo.

É difícil imaginar uma linguagem que poderia descrever mais claramente o significado da justificação legal do que está.

A verdade é que Waggoner via apenas um tipo de justificação: justificação pela fé. Certamente isso é assim considerando Romanos 3:21-25.

Assim como Waggoner, E. G. White compreendia que justificação pela fé era a única justificação bíblica e considerava que ela incluía os elementos imputado e comunicado (objetivo e subjetivo).

Ilustrações das afirmações da Sra. White concernentes a este ponto são as seguintes:

Quando Deus perdoa ao pecador, remite o castigo que ele merece e o trata como se não tivesse pecado, recebe-o no favor divino e o justifica em virtude dos méritos da justiça de Cristo. O pecador só pode ser justificado mediante a fé no sacrifício expiatório feito pelo amado Filho de Deus, que Se tornou um sacrifício pelos pecados do mundo culpado. Ninguém pode ser justificado por quaisquer obras próprias. Só pode ser liberto da culpa do pecado, da condenação da lei, da pena da transgressão, pela virtude do sofrimento, morte e ressurreição de Cristo. A fé é a condição única de obter a justificação, e a fé abrange não só a crença mas também a confiança.

Muitos possuem uma fé nominal em Cristo, mas nada sabem da vital confiança Nele, a qual se apropria dos méritos de um Salvador crucificado e ressurreto.^[24]

Basta fazer apenas um exame superficial desta passagem para ver que a Sra. White está colocando a justificação legal dentro do contexto da justificação pela fé. Muitos dos benefícios da justificação descritos aqui – remissão da devida punição, restauração do favor divino, proporcionando-lhe a posição de uma pessoa justa, livrando-o da condenação da lei e da penalidade da transgressão manifestadamente definem justificação legal. Além disso, ela afirma inequivocamente que fé nos méritos da expiação realizada por Cristo é a única condição sobre a qual a justificação, com todos os benefícios anteriores, pode ser alcançada.

Umás poucas páginas depois neste mesmo volume Ellen White trata da justiça imputada, um termo geralmente entendido como equivalente à justificação legal ou objetiva e que é mostrado claramente pelo contexto como sendo assim neste exemplo. Na página 392, ela afirma:

Os que são justificados *pela fé*, confessarão a Cristo. “Quem ... *crê* naquEle que Me enviou ... não entrará em condenação; mas passou da morte para a vida” (Jo 5:24). (Ênfase acrescentada).

Obviamente, se a justificação legal devesse ser imputada universalmente a todos os homens sem condição sobre a base da morte iminente Cristo, então todos os homens teriam passado da morte para a vida graças a essa justificação universal e não teria existido razão porque Cristo declarar que é *o crente* que passa da morte para a vida.

A Sra. White diz mais dentro do mesmo parágrafo (p. 392):

Por Ele, que fala a verdade, é o pecador declarado justo. O Senhor imputa *ao crente* a justiça de Cristo e perante o universo o *pronuncia justo*. ... Sobre Cristo coloca Ele a iniquidade de *toda alma que crê*. (Ênfase acrescentada).

Aqui, em linguagem inconfundível, a Sra. White descreve a justificação legal do pecador como ocorrendo na sua conversão.^[25]

Indo para a página 393 do livro “*Mensagens Escolhidas*, Livro 1” encontramos o seguinte:

Embora, *como pecadores, estejamos sob a condenação da lei*, Cristo, por Sua obediência prestada à lei, *reclama para a alma arrependida, o mérito de Sua própria justiça*. (Ênfase acrescentada).

De maneira interessante, no final da seção sobre justiça imputada (que é firmemente descrita como ocorrendo através da fé do crente), na página 394, a Sra. White cita Romanos 3:24-26 como uma unidade, como temos advogado por toda parte. Desse modo ela liga claramente a justificação do verso 24 concedida gratuitamente com a fé do crente.

Apenas mais um exemplo de *Mensagens Escolhidas*, Livro 1, página 396, onde ela afirma:

Pela fé em Seus méritos *estou livre* da condenação da lei. Ele me veste de Sua justiça, que *responde a todas as exigências da lei*. (Ênfase acrescentada).

Não pode haver discussão que E. G. White via justificação pela fé como a solução para nosso problema legal bem como a base de nossa vitória experiencial sobre o pecado.

A Justificação Subjetiva é um Componente Essencial Semelhante da Justificação Pela Fé

Seria mais superficial e errôneo supor que a justificação objetiva é tudo o que é tratado nas passagens citadas acima. A própria fonte do problema do pecado é o desejo de cometer, e o real cometimento de atos pecaminosos. É esta injustiça, censurada nos três primeiros capítulos de Romanos, que requer condenação e julgamento do pecador. A hipocrisia dos Judeus, que quebravam a lei enquanto se orgulhavam nela, é denunciada (Rm 2:23). O Judeu verdadeiro é descrito como aquele que o é interiormente (subjetivamente) e a verdadeira circuncisão “é a operada no coração, pelo Espírito, e não pela Lei escrita” (Rm 2:29).

Previendo que a justiça pela fé poderia ser interpretada erroneamente como uma cobertura legal para atos injustos continuados, Paulo claramente e decisivamente elimina qualquer permissão para uma concepção errônea. Respondendo sua própria pergunta retórica: “Continuaremos pecando para que a aumente?” Paulo afirma enfaticamente: “De maneira nenhuma! Nós, os que morremos para o pecado, como podemos continuar vivendo nele?” (Rm 6:1, 2).

São dedicados dois capítulos – capítulos 6 e 8 – para explicar com profundidade o elemento subjetivo essencial da justiça pela fé.

Paulo não deixa dúvida que o arrependimento verdadeiro, o pré-requisito da justiça pela fé, não é um ato superficial, mas que vai à própria raiz da vontade e do desejo humanos. Arrependimento verdadeiro e profundo resulta diretamente na crucifixão da natureza carnal da pessoa. Em Romanos 6 Paulo explica que o batismo simboliza a morte – o sacrifício voluntário – de nossos desejos e atos pecaminosos. No verso 6 ele declara que através da nossa conversão “o velho homem” é crucificado com Cristo a fim de que o corpo de pecado pudesse ser destruído, para que não mais pudéssemos servir ao pecado.^[26] Levando este pensamento adiante no verso 11, Paulo exorta seus leitores a considerarem a si mesmos “mortos para o pecado.” Uma vez que somos convertidos e caminhamos segundo o Espírito, mortificaremos os atos pecaminosos do corpo (e a vontade pecaminosa subjacente) através do poder do Espírito (Rm 8:13).

O aspecto subjetivo da justificação pela fé é bem ilustrada por Zacarias 3. Ali o anjo do Senhor oferece a Josué, o sumo sacerdote (representando aqueles que se arrependem do pecado) uma troca de vestimenta. Ele não deu uma nova vestimenta limpa (símbolo da justiça Cristo) para cobrir as vestimentas imundas de sua justiça passada. Em vez disso, Josué é instruído a tirar suas vestimentas imundas como a pré-condição para receber vestimenta limpas. Existe uma troca proveitosa envolvida aqui para o pecador arrependido.

Pode ser, realmente deve ser, concluído com confiança que justificação pela fé inclui os elementos objetivo e subjetivo, os componentes legal e experiencial. Os dois são partes integrantes do todo da justiça pela fé.

III. A Escritura Demonstra Que Deus Tomou a Iniciativa na Realização da Salvação do Homem

A 1888 MSC expressa repetidamente a crença que somente uma compreensão de uma justificação legal universal é suficiente para convencer o pecador a respeito do amor de Deus e afastar o temor de uma alienação de Deus que de outra maneira bloqueia sua fé na justificação santificadora de Deus.^[27] O leitor poderia perguntar se existe autorização na Escritura para tal posição, mesmo *assumindo* que a justificação legal universal fosse escriturística.

Para o estudante sério da Escritura, não pode haver dúvida que Deus tem corajosamente tomado a iniciativa em tornar possível a salvação do homem. A evidência se estende desde o começo até o final da Bíblia. Gênesis 3:8, 9 registra que o Senhor Deus procurou Adão e Eva depois que eles pecaram. Embora o relato do encontro deles seja breve, ele não deixa dúvida que Deus iniciou rapidamente este contato após a transgressão do casal. No verso 15 desse mesmo capítulo, Deus primeiro revela em resumo, mas faz a promessa inconfundível da salvação do homem através da semente da mulher.

A verdade profunda da iniciativa de Deus em favor do homem é aprimoradamente afirmada em Apocalipse 13:8, onde Cristo é descrito como o “Cordeiro que foi morto desde a criação do mundo,” e também em Efésios 1:4-7, que revela que Deus “nos escolheu nele antes da criação do mundo” para que pudéssemos ser adotados através de Cristo em quem temos redenção através do Seu sangue. Deste modo, a Escritura afirma claramente que Deus, que ocupa a eternidade e portanto previu o pecado do homem, fez provisão para a redenção do homem antes da sua criação. Para nosso total assombro, Deus não somente toma a iniciativa planejando antes a salvação, mas ele oferece a Si mesmo como o meio sacrificial de realização dessa salvação.

Os escritos do Velho Testamento estão repletos de referências à salvação que Deus tem feito em favor de Seu povo. Tais referências alcançam seu zênite nos Salmos e no livro de Isaías. No Salmo 25:5 Davi escreve: “Guia-me com a tua verdade e ensina-me, pois tu és Deus, meu salvador.” No Salmo anterior, ele observa que “ele receberá bênçãos do Senhor, e justiça do Deus de sua salvação” (Sl 24:5). O salmista escreve no Salmo 98:2, 3: “O Senhor tornou conhecida sua salvação, sua justiça ele tem mostrado abertamente à vista dos pagãos ... todos os confins da terra viram a salvação de nosso Deus.” Entre os termos identificadores do Senhor favoritos de Isaías estão “teu redentor” (Is 41:14; 48:17; 54:8) e “teu Salvador” (e.g., Isa. 43:3; 49:26). Em sua expressão mais sublime dos propósitos salvíficos de Deus, Isaías

diz que o Senhor estava disposto a “esmagar” seu Servo, o Messias, para que sua alma pudesse ser uma “oferta pelo pecado” que é “derramada ... até a morte,” para que pelo conhecimento dele muitos seriam justificados (Is 53:10-12).

O amoroso fundamento da oferta de Deus é expressado em Romanos 5:8-10 onde Paulo observa que “Deus demonstra seu amor por nós [os ímpios]: Cristo morreu” e “quando éramos inimigos [de Deus], fomos reconciliados com Deus pela ação da morte de seu Filho.” A mesma verdade é apresentada na bem conhecida passagem de João 3:16-19. Em outra parte Cristo explica Seu propósito como “buscar e salvar o que estava perdido” (Lc 19:10). Diversas parábolas foram proferidas por Cristo para ilustrar que Deus é o originador e promotor ativo da salvação do homem. Veja por exemplo, Lucas 15:4-10. Estas são reminiscências da parábola da vinha do Senhor (Is 5:1-7) na qual Deus descreve os esforços todo-suficientes e preparações que Ele tem feito para criar o desenvolvimento da Sua justiça em Seu povo e por meio disso salva-los.

Que esforços salvíficos de Deus têm sido feitos em favor de todas as pessoas e não apenas para um grupo seletivo é evidente dos versos revisados no parágrafo anterior somente. Se isto não for suficiente, o apóstolo Pedro acrescenta em 2 Pedro 3:9 que “o Senhor não” quer “que ninguém pereça, mas que todos cheguem ao arrependimento.” Esta declaração não deve ser interpretada erroneamente como fonte autorizada para a salvação, mas que expressa claramente o desejo de Deus que todos se voltassem para Ele. Sentimento semelhante está registrado em Ezequiel 18:31, 32, onde Deus lamentosamente pleiteia com Seu povo dizendo: “Por que deveriam morrer, ó nação de Israel? Pois não me agrada a morte de ninguém ... arrependam-se e vivam!” E mais, Paulo declara em 1 Timóteo 2:6 que Cristo “se entregou a si mesmo como resgate por todos,” e em Hebreus 2:9 que Cristo “pela graça de Deus, em favor de todos, experimentasse a morte.”

Certamente com esta pequena retirada de amostra da riqueza de evidência escriturística, o homem não pode razoavelmente duvidar da iniciativa e constante propósito ativo de Deus para realizar a salvação de Seu povo. Não faltou iniciativa da parte de Deus – longe disso. A verdade revelada na Escritura é que Deus fez tanto quanto divinamente possível para levar Suas criaturas à salvação sem aniquilar sua liberdade de escolha. A deficiência é da nossa parte – uma falha perturbadora para reconhecer e admitir o que o Senhor tem feito por nós. Tal sendo o caso, não há necessidade e nem a menor permissão para introduzir uma doutrina semelhante à justificação legal universal (que, como vimos, não possui origem escriturística) como um meio de convencer àqueles que duvidam que Deus deseja a reconciliação muito mais do que eles e que não precisam temer ou questionar Suas intenções.

[1]. Robert J. Wieland, *Lightened With His Glory*, p. 14.

[2]. *Ibid.*, veja 16-18, 26, 30-31, 33, 35-36. Esta doutrina tem sido comentada favoravelmente por outros, incluindo o Dr. Arnold Wallenkampf no capítulo 5 de seu livro *What Every Christian Should Know About Being Justified* (Hagerstown, MD: Review & Herald Pub. Assn., 1988).

[3]. *Ibid.*, 33.

[4]. *Ibid.*, 30.

[5]. Rm 2:11.

[6]. Não existe diferença entre Judeu e Gentio a respeito de seu destino sob julgamento, pois todos pecaram.

[7]. Desse modo, o verso pode ser retratado como segue para ênfase: “[²¹] Mas agora é manifestada a justiça de Deus sem a lei, ... [²²] Mesmo a justiça de Deus que é pela fé em Jesus Cristo para todos e sobre todos aqueles que creem: porque não há diferença:[²³] Porque todos pecaram, e estão destituídos da glória de Deus; [²⁴] Sendo justificado gratuitamente por sua graça através da redenção que está em Cristo Jesus: A quem Deus anunciou para ser uma propiciação através da fé em seu sangue. ...”

[8]. E. J. Waggoner, *Christ and His Righteousness* (Mountain View, CA: Pacific Press Publishing Company, 1890).

[9]. *Ibid.*, p. 61.

- [10]. E. G. Waggoner, *Waggoner on Romans* (compilado por Glad Tidings Publishers de diversos artigos publicados originalmente na *Signs of the Times*, October 1895 to September 1896), na p. 3.71.
- [11]. *Lightened With His Glory*, pp. 16, 30.
- [12]. *Waggoner on Romans*, 101.
- [13]. Waggoner se refere a esta abundância da graça, apropriadamente, as a superabundância. Veja *Waggoner on Romanos*, p. 5.103.
- [14]. Rm 5:15, 16, 17, 18. Embora a referência às vezes seja ao “dom gratuito” e outras vezes ao “dom,” é visto que ambos têm o mesmo objeto, como versos 15 e 16. De fato, o termo “dom gratuito” envolve uma redundância visto que um dom, por definição, é gratuito. Paulo aparentemente usa a redundância para ênfase.
- [15]. Veja *Christ and His Righteousness*, p. 60, onde Waggoner emprega a expressão de Paulo “o dom da justiça” em Romanos 5:17 para explicar a justificação de Romanos 3:24 concedida “gratuitamente”, que, como discutido em outro lugar, é is justificação pela fé.
- [16]. De fato, não existe menção escriturística de uma justificação que pode ser obtida por outros meios que não seja pela fé exceto Romanos 5:18 *como ela é interpretada pela 1888 MSC*. Consequentemente, não pode haver permissão para introduzir uma nova justificação no verso 18 tão inteiramente estranha ao restante da Escritura.
- [17]. Não nos aventuraremos aqui a entrar na contenda de interpretações da causa da condenação – isto é, se o pecado de Adão, como representativo abrangendo toda a sua futura progênie, trouxe culpa e condenação para todos os seus descendentes sem qualquer ato de pecado independente de sua parte ou, alternativamente, que o verso é uma afirmação truncada de como o pecado de Adão introduziu mudanças substantivas, degeneradas na natureza humana que a levou, universalmente, a atos de pecados cometidos por seus descendentes que trouxeram condenação.
- [18]. *Lightened With His Glory*, p. 17. Entendemos que o uso de “em Cristo” deve significar neste contexto se referir a um papel abrangente ou representacional de Cristo no qual todos os homens tomam parte vicariamente na sua realização.
- [19]. De qualquer modo, deve ficar claro agora, que este escritor rejeita a proposição de uma justificação legal universal.
- [20]. Alguns podem queixar-se aqui que a última parte do verso 1 é de valor questionável visto que alguns manuscritos mais antigos omitem a frase a respeito daqueles que vivem segundo o Espírito. Entretanto, a mesma frase aparece no verso 4 onde não existe disputa quanto à sua autenticidade e ao seu significado. Afim de não haver condenação, Cristo primeiro teve que assegurar o cumprimento da justiça de Deus através de Sua própria vida sem pecado.
- [21]. *Waggoner on Romanos 8*, p.127.
- [22]. Veja *Lightened With His Glory*, p. 19.
- [23]. Desse modo, o termo nesta essência surge de um contexto forense.
- [24]. Ellen G. White, *Mensagens Escolhidas*, Livro 1, p. 389.
- [25]. A afirmação citada demonstra que, embora o sacrifício de Cristo fosse *suficiente* para pagar a penalidade dos pecados de cada pessoa (isto é, do mundo todo), ele é *eficaz* para a remissão *apenas* dos pecados dos crentes. Esta verdade é prefigurada em Levítico 23:29 onde Moisés admoestou os filhos de Israel que qualquer pessoa que não se adaptasse ao propósito do Dia da Expição – isto é, não afligisse sua alma – seria separada do seu povo. Embora a expiação realizada pelo sacrifício do Cordeiro de Deus devesse ser feita em favor de todo o Israel, ela não teria efeito benéfico para o descrente, aquele que não afligisse sua alma.
- [26]. Este pensamento é reiterado e recebe explicação adicional em Gálatas 2:20, onde Paulo declara: “Fui crucificado com Cristo. Assim, já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim. A vida que agora vivo ... vivo-a pela fé no filho de Deus.”
- [27]. Veja *Lightened by His Glory*, pp. 17-19, 26-27, 30, 31. Num exemplo, a 1888 MSC caracteriza o conceito de uma justificação legal universal como “o fundamento sobre o qual a justificação pela fé repousa” (Ibid., p. 33).